



Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - Ata n.º 03/2015

Data – 12-05-2015

Início – 09h30

Local – Sede da CIM do Médio Tejo, Tomar

Termo – 17h30

Presenças:

Presidente	Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque
Vice-Presidente	Júlia Maria Gonçalves Lopes Amorim
Vice-Presidente	José Farinha Nunes

Presidentes Câmaras Municipais:

Alcanena	Fernanda Maria Pereira Asseiceira
Entroncamento	Jorge Manuel Alves de Faria
Ferreira do Zêzere	Jacinto Lopes
Mação	Vasco António Mendonça S. Estrela
Ourém	Paulo Fonseca
Sardoal	Miguel Borges
Tomar	Anabela Gaspar de Freitas
Torres Novas	Pedro Paulo Ramos Ferreira
Vila de Rei	Ricardo Jorge Martins Aires
Vila Nova da Barquinha	Fernando Manuel Santos Freire

Outras Presenças:

Secretário Executivo CIMT	Miguel Pombeiro
CIMT	Rita Trindade
CIMT	Carla Grácio
CIMT	Sónia Santos



09h30

ANTES DA ORDEM DO DIA

Conselhos da Região Hidrográfica – Designação de Representantes

Deliberação – Foi presente ao Conselho Intermunicipal cópia do ofício da ANMP 381/2015, a solicitar a designação de um representante efetivo e um suplente de entre os municípios desta CIM para integrarem a região hidrográfica.



Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha

Foi deliberado os seguintes representantes:

Membro Efetivo – Presidente da CM de Vila Nova da Barquinha, Dr. Fernando Freire

Membro Suplente – Presidente da CM da Sertã, Dr. José Farinha Nunes

ORDEM DO DIA

N.º 01 – Investimento Territorial Integrado

Deliberação - Foi efetuado o enquadramento sobre o desenvolvimento dos trabalhos de construção do ITI, designadamente referindo-se os pressupostos que estão na base da proposta de investimentos a candidatar e constrangimentos que se colocam ao desenvolvimento dos trabalhos, tais como:

- Orientações da CCDRC no sentido de privilegiar a articulação intermunicipal e a apresentação de projetos de investimento regionais;
- Alinhamento das intervenções propostas com os objetivos da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Médio Tejo;
- Envolvimento dos parceiros locais / regionais na construção do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo, mobilizando parcerias para a boa concretização dos projetos;
- Constrangimentos que se colocam pelo facto de não se perspetivar que venha a ser efetuado pela Administração Central, em tempo útil, os exercícios de mapeamento das infraestruturas passíveis de enquadramento nos Pactos;
- Constrangimentos que se colocam por subsistirem muitas dúvidas sobre elegibilidades e outras regras de cofinanciamento, tais como os critérios e processos de devolução das poupanças resultantes das intervenções no âmbito da eficiência energética.

Foram apresentadas e discutidas as propostas de projetos intermunicipais a contemplar em candidatura para cada uma das prioridades de investimento, identificando-se, em alguns casos, ajustes consensualizados a efetuar. A proposta de investimentos a candidatar será revista de modo a incorporar os referidos ajustes e remetida para os Srs. Presidentes de modo a que cada município se possa ainda pronunciar relativamente às opções tomadas, com vista a ser discutida uma proposta consolidada de investimento a candidatar na próxima reunião do CI, agendada para dia 19 de maio.

Apesar de essenciais para a concretização da EIDT, a reflexão estratégica conduziu ainda à opção de não contratualização da PI5.1 (alterações climáticas) e da PI6.1 (sensibilização ambiental), assumindo-se a vontade de concretizar projetos nestes âmbitos com apoios fora do instrumento financeiro ITI.

No que se refere à PI 5.2 (prevenção de riscos), e em particular no âmbito dos equipamentos e estruturas operacionais a candidatar, face às regras dotações disponíveis, toma-se a opção de considerar as necessidades de investimento para apetrechamento dos corpos de bombeiros municipais (que apenas poderão ser apoiados por via do ITI), considerando-se a possibilidade dos corpos de bombeiros voluntários poderem aceder aos concursos do Portugal 2020 fora do ITI.

No contexto das prioridades de investimento mobilizadas pelo ITI, é assumida a particular relevância para a concretização dos objetivos da EIDT, das prioridades de investimento 6.3 (património cultural, património natural e promoção turística) e 10.1 (redução do abandono escolar, promoção do sucesso educativo).

No que se refere às intervenções em imóveis de património cultural, apenas por questões de elegibilidade (privilegiadas as intervenções em património classificado de acordo com o respetivo grau de classificação) são apenas identificadas, nesta fase, as necessidades de intervenção em monumentos nacionais (considerando que as orientações vão no sentido de que as intervenções em património da humanidade fiquem salvaguardadas fora do ITI). Assinala-se, contudo, a existência de um conjunto de outras necessidades de intervenção identificadas pelos municípios, não apresentadas no ITI por razões que se prendem com as dotações indicativas e regras de elegibilidade e que incluem outras intervenções em monumentos nacionais e intervenções em património com outras categorias de classificação de âmbito nacional (por exemplo monumentos de interesse público e imóveis de interesse público) e de âmbito municipal.

Outras necessidades de intervenção muito importantes para a concretização da EIDT, nas PI mobilizadas pelo ITI, estão identificadas, embora não se apresentem na candidatura devido à



Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha insuficiente dotação ou não elegibilidade, aguardando-se novas oportunidades de financiamento. A referência à existência destas necessidades de intervenção não abrangidas pelo ITI nesta fase inicial deve ser referida na candidatura a apresentar ao Portugal 2020, na expectativa de que as mesmas ainda possam vir a beneficiar de apoios no contexto de um eventual reforço das dotações do ITI ou na sequência de avaliação intercalar da execução dos Pactos.

RATIFICAÇÕES

N.º 02 - Para ratificação, a Presidente do Conselho Intermunicipal remete a informação n.º 22/EP/2015, proposta de adjudicação e aprovação da minuta de contrato – Consultoria Técnica Especializada para Apoio na elaboração do pacto de desenvolvimento e coesão territorial da região do Médio Tejo

Deliberação – Ratificada por unanimidade

PROPOSTAS

N.º 03 – Proposta de deliberação da Presidente do Conselho Intermunicipal remetendo para aprovação do Conselho a **proposta de estatutos e convénio da AECT “Interpal – Médio Tejo” – Informação n.º 03/RT/2015/GA**

Deliberação – Aprovados por unanimidade pelo Conselho Intermunicipal da CIM do Médio Tejo. Mais, foi deliberado por unanimidade, que esta deliberação fosse aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.

N.º 04 – Proposta de deliberação da Presidente do Conselho Intermunicipal remetendo para aprovação do Conselho Intermunicipal a aprovação do estudo e metodologia adotada, referente ao estudo de antecipação de necessidades de qualificações Módulo de aprofundamento regional: Diagnóstico.

Deliberação – O Secretario Executivo de conta da metodologia que estava a ser proposta, bem como teceu alguns comentários do estudo em causa. Os Senhores Presidentes tomaram conhecimento do estudo em causa e do que estava a ser proposto.

